

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Compromisso da Petrobras de reduzir presença deve movimentar área de gás.....	2
Título: Privatizar é fundamental para destravar a economia	4
Título: Shizen aposta em geração solar no Brasil.....	7
Título: Curtas	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Governo estuda subsidiar concessionária.....	9
Título: Em galpões, 9 mil toneladas de cabos estocados	11
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	12
Título: De volta do futuro.....	12
Título: Olhai além	13
Título: Tecnologia.....	14
VEÍCULO: O Globo.....	15
Título: Meia Itaipu no porto do 'Eike'	15
Título: Pressão sobre Senado	15

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/07/2019****Seção: Brasil****Autor: André Ramalho****Título: Compromisso da Petrobras de reduzir presença deve movimentar área de gás**

A abertura do mercado de gás natural ainda deve levar alguns anos para se materializar, mas o termo de compromisso assinado entre a Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para reduzir a presença da estatal no setor, promete movimentar a iniciativa privada no curto prazo. Segundo analistas, as empresas ainda devem esperar a definição de alguns detalhes sobre como se dará o acesso à infraestrutura, antes de decidir investir em grandes projetos. A expectativa, porém, é que as petroleiras se lancem desde já no mercado em busca de clientes para os seus volumes de gás, de olho nas oportunidades por vir.

Investidores, por sua vez, devem aproveitar o momento para se capitalizar para uma rodada de aquisições, diante do compromisso assumido pela Petrobras de vender todos os seus ativos de transporte e distribuição.

"O efeito imediato do termo é a mudança nas expectativas do mercado. Há um caminho posto para a abertura, a mensagem é clara de que ela vai acontecer. A abertura não ocorre somente no momento em que a molécula de gás dos novos agentes começar a chegar no mercado. A abertura começa agora, com a movimentação das empresas em busca de novos contratos", afirma o diretor-executivo da Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto.

O termo assinado com o Cade determina que a Petrobras deve sair integralmente do transporte e distribuição até 2021, mas também traça outras metas para o curto prazo: a estatal, por exemplo, terá 90 dias para indicar qual a sua real demanda por capacidade nos gasodutos de transporte, abrindo a possibilidade para que as capacidades ociosas sejam ofertadas ao mercado.

Para o secretário-executivo de gás natural do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), Luiz Costamilan, é razoável imaginar que as transportadoras façam uma chamada pública para alocação dessa capacidade disponível já em 2020. "Já há uma leitura preliminar de que haverá capacidade disponível a ser oferecida", disse.

Essa abertura da infraestrutura de transporte, segundo o analista de gás da Wood Mackenzie Mauro Chavez, destrava um importante gargalo do mercado e

pode trazer oportunidades de negócios no curto prazo, já que as distribuidoras estaduais, cujos contratos de compra de gás da Petrobras vencem a partir de 2020, estão promovendo chamadas públicas conjuntas para seleção de novos supridores.

"Outros agentes terão acesso ao transporte e vão poder ofertar na chamada pública. Podemos esperar novos players além da Petrobras nas chamadas. Existe hoje gás disponível na Bolívia, oportunidades de importação de gás natural liquefeito [GNL]. E, daqui para frente, quem descobrir gás vai ter mais opções de monetização disponíveis", comenta.

Nem todas as mudanças, porém, surtirão efeito no curto prazo. A Petrobras se comprometeu a não comprar mais gás de terceiros, o que abre espaço para que suas sócias nos campos de produção, sobretudo do pré-sal, possam buscar mercado para seus volumes. A expectativa, contudo, é que os contratos entre a estatal e terceiros se encerrem na primeira metade da próxima década. Atualmente, a Petrobras responde por 77% do gás produzido no país, mas é praticamente a única fornecedora relevante do mercado, porque as demais empresas veem dificuldades para chegar ao consumidor e optam por vender suas parcelas de gás, a preços baixos, para a estatal.

A reforma do marco regulatório do gás é hoje o principal ponto da agenda das petroleiras. Sem conseguir acessar o mercado, as empresas acabaram optando, nos novos projetos, por reinjetar o gás nos reservatórios, para aumentar a produção de petróleo. Carcará, operado pela Equinor, no pré-sal, por exemplo, não ofertará gás ao mercado. E o temor é que projetos essencialmente voltados para produção de gás, como Pão de Açúcar, também da empresa norueguesa, acabem não se viabilizando, por falta de um destino comercial para o gás.

O tempo corre. A consultoria Wood Mackenzie destaca que a capacidade dos atuais gasodutos marítimos de escoamento da produção (rotas 1, 2 e 3) deve se esgotar a partir de 2024 ou 2025 e que investimentos têm que ser feitos urgentemente para ampliar a infraestrutura, já que a construção desses projetos demanda, em média, cinco anos.

"A direção do governo está correta, mas ainda faltam algumas definições sobre como se dará o acesso de terceiros aos gasodutos de escoamento e unidades de processamento. Uma tomada de decisão de investimentos desse tamanho não é simples. As novas rotas já eram para estar sendo negociadas, em fase de projetos, mas ainda não há regras claras de acesso aos gasodutos", comenta o chefe de pesquisa na área de exploração e produção da Wood Mackenzie na América Latina, Marcelo de Assis.

A consultoria alerta que, se foram confirmadas descobertas nas áreas leiloadas entre 2017 e 2018, o gás poderá não chegar ao mercado, se não houver uma infraestrutura definida de forma rápida.

"Não vemos mudanças estruturais de curto prazo sem a definição do acesso à infraestrutura. O acordo foi tímido nesse sentido", comenta o diretor de estratégia e mercado da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), Marcelo Mendonça.

Costamilan, por sua vez, afirma que não basta a Petrobras e o governo federal avançarem com as medidas pró-abertura. O secretário do IBP cobra também o esforço dos Estados para reverem seus marcos regulatórios, de forma a criar um ambiente mais favorável ao mercado livre de gás.

"É o mercado livre que vai dar condição efetiva para abertura do mercado, dar novas opções de clientes para os produtores, para além das distribuidoras. Há um papel relevante para os Estados, nesse sentido", defende.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/07/2019

Seção: Opinião

Autor: Robson Andrade

Título: Privatizar é fundamental para destravar a economia

A crise econômica que levou o país à maior recessão de sua história (2015 - 2016) trouxe sérias consequências negativas ao investimento. A necessidade de conter gastos levou o governo federal a abandonar novos planos e a paralisar importantes obras de infraestrutura. Ainda que mais evidente no caso da União, esse processo de deterioração fiscal e contração dos investimentos também afetou estados e municípios, que se viram igualmente instados a interromper vários programas. O saldo é que o Brasil tem, atualmente, mais de 4.000 obras paradas, sendo 20% da área de infraestrutura.

No fim de 2018, os investimentos da União representaram apenas metade do total investido em 2014. No caso das empresas estatais, o total investido no ano passado representou uma queda de 30% em relação a 2014. Em uma realidade de intensa restrição fiscal, é essencial para o país se contrapor às limitações do Estado com uma maior participação da iniciativa privada, tanto nos investimentos, como na gestão da infraestrutura. Nesse contexto, o processo de privatização se impõe como um instrumento decisivo para a modernização do setor, com a transferência de empresas e ativos do Estado para a iniciativa privada, a fim de que sejam operados sob um modelo mais eficiente de governança.

Nos últimos anos, foram realizadas importantes concessões ao setor privado. Merecem destaque os leilões de seis áreas para a exploração e produção de petróleo, de sete distribuidoras de energia elétrica, de várias dezenas de lotes de linhas de transmissão e usinas geradoras, e dos aeroportos de Fortaleza, Salvador, Florianópolis, Porto Alegre, Vitória, Recife, Aracaju e Maceió. A continuidade e o aprofundamento desses processos são fundamentais para intensificar a recuperação da economia e auxiliar na pavimentação de um novo ciclo de crescimento com base na expansão do investimento.

Para garantir a atração de agentes privados, além de um retorno que cubra o custo de capital do investidor, é necessário mitigar riscos legais, contratuais, regulatórios e relativos ao ambiente de negócios. Nessa direção, o Programa de Parcerias em Investimentos (PPI) tem feito a sua parte, criando uma perspectiva positiva, com a elaboração de projetos e estudos de qualidade, e cumprindo os prazos acordados. A União e os Estados têm uma ampla variedade de projetos com previsão de serem privatizados ou concedidos nos próximos três anos, incluindo 22 aeroportos, 17 terminais portuários, oito rodovias e duas ferrovias. Até 2022, o Governo Federal prevê R\$ 70 bilhões em investimentos por meio de concessões e privatizações.

As recentes outorgas no setor do petróleo e gás são um exemplo de sucesso. Em 2018 foram realizadas duas licitações de áreas para a exploração e produção que, somadas, renderam cerca de R\$ 10 bilhões em bônus de assinatura. Do ponto de vista de melhoria da gestão e abertura de mercado, a venda de 90% das ações da Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), subsidiária da Petrobras, com o pagamento de R\$ 33,5 bilhões, mostra uma tendência necessária para o aumento da participação privada também na gestão da infraestrutura. O mercado também aguarda ansioso a realização do megaleilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal previsto para 6 de novembro. O governo estipulou em R\$ 106,6 bilhões o valor a ser pago de bônus. As maiores empresas de petróleo e gás do mundo já estão avaliando as áreas a serem oferecidas para participar do certame.

É essencial um quadro legal que proporcione segurança jurídica e um ambiente de negócios que gere confiança

Do lado da desestatização, o Brasil ainda possui 134 Empresas Estatais Federais, 50% delas na área de infraestrutura. Entre as ações previstas nessa área, a "joia da coroa" é o Grupo Eletrobras. Maior holding do setor elétrico da América Latina e uma das cinco maiores geradoras hidrelétricas do mundo em capacidade instalada, a empresa detém mais de 30% da geração do Brasil e mais de 70 mil quilômetros de linhas de transmissão. O processo de capitalização e desestatização da Eletrobras é muito importante para o país, uma vez que a

companhia precisa realizar os investimentos necessários sem as amarras do controle público e com a agilidade do setor privado.

O modelo de privatização previsto para a Eletrobras avança na direção de eliminar possíveis ingerências políticas, que tantos prejuízos já causaram à empresa e ao Brasil. Além disso, está inserido no contexto de reforma estrutural do setor elétrico brasileiro. O atual modelo tem apresentado claros sinais de esgotamento. Problemas no planejamento e na gestão dos mercados desestabilizaram o setor, gerando custos adicionais, crescente judicialização e enormes passivos financeiros que recaem sobre os consumidores. Atualmente, existem três projetos de lei tratando sobre essa matéria no Congresso Nacional.

Na área dos transportes, também existem importantes ações, como é o caso da extinção da Companhia Docas do Maranhão (Codomar), uma administradora portuária deficitária, que há muitos anos não possui nenhum terminal para administrar. É necessário ainda transferir oito administrações portuárias públicas federais ao setor privado, com a privatização das Companhias Docas, o que deve ser iniciado com a unidade do Espírito Santo.

No caso do saneamento básico, o programa de concessão das companhias estaduais, conduzido pelo BNDES, conta com nove empresas, mas ainda não há previsão de realização dos leilões. Nesse setor, há necessidade de uma reforma legal que permita a competição entre agentes públicos e privados para alavancar os investimentos nos serviços de água e esgoto. No setor de gás natural, além do esforço de privatizar, é preciso quebrar monopólios para permitir condições isonômicas de acesso e competitividade aos sistemas de transporte e de distribuição do produto.

Também é imprescindível aprimorar nossa capacidade de estruturação, modelagem de contratos e gestão de projetos de infraestrutura. Uma medida fundamental é dar continuidade à estrutura de gestão proposta pelo PPI, para fortalecer o micro e o macroplanejamento do setor. O Programa deve ser uma política de Estado e não de governo, para garantir sua necessária continuidade e não ficar sujeito às questões políticas do momento. Nesse sentido, merece apoio a Medida Provisória 882/2019, em especial nos dispositivos que fortalecem a estrutura do PPI e conferem maior agilidade ao BNDES para a contratação de estudos para elaboração e modelagem de projetos de infraestrutura.

A ampliação e a modernização dos investimentos em infraestrutura no Brasil possuem um longo caminho pela frente. Entretanto, já existe um consenso de que a solução dos atuais gargalos passa, obrigatoriamente, pela expansão da participação da iniciativa privada nos investimentos e na gestão do setor. Para que isso ocorra de forma sustentável, são essenciais um quadro legal que

proporcione segurança jurídica e um ambiente de negócios que gere confiança na estabilidade das regras do jogo.

Robson Braga de Andrade é presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Shizen aposta em geração solar no Brasil

A japonesa Shizen Energy escolheu o Brasil como primeiro país fora da Ásia para investir em geração de energia, com foco em projetos da fonte solar fotovoltaica. Por enquanto, a companhia está "testando" o mercado local por meio de dois projetos de geração distribuída de 1 megawatt (MW) cada em Brasília, mas a meta é atingir cerca de 60 MW em operação até o fim do ano que vem. Paralelamente, se os "testes" forem bem sucedidos, a empresa pretende trazer, de capital próprio, cerca de US\$ 250 milhões para serem investidos em projetos de geração solar de grande escala, de olho em contratos com grandes consumidores no mercado livre.

"No mercado livre a vantagem é que podemos montar consórcios, e o cliente ganha ao pagar menos encargos e sem a necessidade de se preocupar com novos contratos de energia", disse Bruno Suzart, diretor-geral da Shizen no Brasil.

Segundo o executivo, que foi responsável por trazer a Shizen para o país, a companhia hoje prepara um portfólio de projetos maiores que 10 MW de energia solar fotovoltaica que podem ser implementados nos próximos anos. Por enquanto, o foco é apenas nesta fonte, já que parques eólicos, por exemplo, levam mais tempo para serem executados. Além disso, no Brasil, a companhia não atuará na construção dos empreendimentos, e pretende fechar parcerias com terceiros para as obras e também operação e manutenção, mantendo a gestão e o uso da tecnologia desenvolvida pela companhia.

No Japão, a atuação da Shizen é mais ampla. A companhia desenvolve, constrói e opera empreendimentos de geração de energia renovável, incluindo as fontes solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

A Shizen nasceu em junho de 2011 no Japão, três meses depois do desastre nuclear de Fukushima. "Depois do acidente foram desligadas 54 usinas nucleares no país", contou Suzart. O governo japonês, então, decidiu dar incentivos para energias renováveis, o que motivou os sócios da companhia a decidirem pela sua fundação. "Ela começou com aportes de US\$ 10 mil de cada um dos sócios e hoje é o segundo maior player do país, com 1,3 gigawatts entre projetos conectados e em construção", completou. Além do Japão, a Shizen já atua também em países do Sudeste Asiático, como Vietnã, Indonésia, Filipinas e Taiwan.

Por enquanto, a Shizen inaugurou uma usina de 1 MW de potência de geração solar distribuída no Distrito Federal, por meio da FazSol Energias Renováveis, empresa desenvolvida em conjunto com a EspaçoY, holding de Brasília que atua em construção civil, manutenção predial e call center. Nessa modalidade de geração, a energia gerada é injetada na rede e transformada em desconto na conta de luz de um ou mais consumidores (no caso de consórcios ou cooperativas, por exemplo). O projeto inaugurado na sexta-feira passada tem como clientes prédios comerciais e restaurantes de Brasília.

A Shizen está também construindo outra planta solar de 1 MW no Distrito Federal, desta vez para abastecer as lojas da rede Drogafuji. A expectativa é que o empreendimento, resultado de investimentos de R\$ 5 milhões, ficará pronto em novembro de 2019.

Como as regras para projetos de geração distribuída estão atualmente sendo rediscutidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com previsão de mudanças a partir do ano que vem, a companhia corre para entregar mais projetos o quanto antes. "Queremos conectar outros dois a três projetos neste ano", disse. As mudanças em estudo podem inviabilizar "cerca de metade" dos empreendimentos em estudo pela Shizen no médio prazo. "Mas não acreditamos que a mudança vai inviabilizar o modelo de negócios", completou.

Um obstáculo apontado pelo executivo no Brasil é a questão dos financiamentos. "O fator cambial não nos permite fazer investimentos de curto prazo, tem que ser de longo prazo", disse. Além disso, a Shizen não tem aqui acesso às principais fontes de financiamento usadas no Japão e mercados asiáticos. "Decidimos trabalhar com capital próprio, mas isso diminui nossa rapidez para instalar projetos", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 15/07/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

CSN e Glencore

A CSN concluiu as negociações para aditamento do contrato de fornecimento de longo prazo de minério de ferro para a suíça Glencore. A transação foi realizada por meio da controlada CSN Mineração e envolve pré-pagamento de uma nova parcela no valor de até US\$ 250 milhões para o fornecimento adicional de minério de aproximadamente 10 milhões de toneladas em cinco anos. A CSN informou que o desembolso ocorrerá quando forem cumpridas condições precedentes, que são habituais para este tipo de transação. Em 20 de fevereiro deste ano, a CSN concluiu negociações também com a Glencore, com o pré-pagamento de US\$ 500 milhões pelo fornecimento de 22 milhões de toneladas por cinco anos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 15/07/2019**Seção:** Economia**Autor:** André Borges Anne Warth**Título:** Governo estuda subsidiar concessionária

Após intervir em decisão da Aneel, MME pode dar complemento de receita à Transnorte, pago pelos consumidores de energia na conta de luz

O Ministério de Minas e Energia (MME) decidiu entrar diretamente nas discussões sobre a viabilidade financeira do linhão de energia entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR), na tentativa de autorizar o início das obras do empreendimento, leiloado sete anos atrás. Uma das ideias do governo Jair Bolsonaro é repassar para a concessionária um complemento de receita, que seria pago por meio de subsídio embutido na conta de luz de todos os consumidores de energia. O assunto, que deveria ser tratado exclusivamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), entrou no gabinete do MME, que propôs um decreto para formalizar a decisão.

Nos últimos anos, a concessionária Transnorte Energia (TNE), formada pela estatal Eletronorte e a empresa Alupar, não conseguiu tocar o projeto, pois não obteve licenciamento ambiental – o traçado da linha passa por terras indígenas.

Agora, com a iminência de obter essa autorização do Ibama e da Funai, a empresa apresentou um pedido de reequilíbrio financeiro à Aneel. Em seu cálculo, a TNE declarou que teria direito a receber R\$ 395,7 milhões pelos próximos 27 anos, para operar a linha que vai construir. A Aneel, no entanto, rejeitou a proposta e propôs o pagamento anual de R\$ 256,9 milhões, pelo prazo de 19 anos e meio. Reação.

Após a negativa da agência, a concessionária enviou carta ao MME e à Aneel, dizendo que a oferta não reequilibrava o contrato e o assunto teria de ser rediscutido. Foi quando o ministério entrou na negociação – que deveria ser restrita à análise da agência reguladora. Em entrevista ao Estado, o diretor técnico da Transnorte Energia, Raul Fernando Ferreira, confirmou as informações. “O governo deve interferir nesse processo como mediador, para buscar a melhor solução”, disse Ferreira. “Essa obra ultrapassa isso (definição apenas pela Aneel) e ultrapassa, inclusive, o interesse da própria TNE.”

Segundo Ferreira, o MME deve “conversar com a agência reguladora, que, de alguma maneira está vinculada ao MME, não digo subordinada, no sentido de buscar alguma solução de consenso”. “O que discutimos é a regra de reequilíbrio, que, na nossa visão, não está com o detalhamento necessário e refletindo os impactos causados.” Leiloadada em 2011, a rede Manaus- Boa Vista deveria entrar em operação em janeiro de 2015. Do total de 721 km do traçado, 125 km passam dentro da terra indígena waimiri atroari, onde estão 31 aldeias e vivem 1,6 mil índios. Na semana passada, o Estado revelou que a empresa apresentou proposta de indenizações aos índios que chega a R\$ 49,6 milhões.

Procurada, a Aneel não quis comentar. A reportagem apurou que a intervenção do governo causou irritação dentro da agência. A área técnica defende a realização de um novo leilão, já que a concorrência pode reduzir o custo da linha ao sistema. Na quarta-feira, a cúpula do setor elétrico se reuniu no MME em reunião fechada, para tratar do assunto. Uma das ideias é que a chamada Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), taxa cobrada para compra do óleo de térmicas, sirva, também, para financiar o linhão – a decisão sairia por decreto. Segundo técnicos, a lei que criou a CCC não prevê essa destinação, abrindo possibilidade de ações judiciais.

Questionado sobre o assunto, o MME negou interferência nas negociações e declarou que seu posicionamento “é pautados pela manutenção da segurança jurídica, previsibilidade e respeito à governança estabelecida”. “Assim, a afirmação de que o MME irá interferir em processo que é responsabilidade da agência é infundada”, disse. Na sexta-feira, as obras do linhão foram incluídas na lista do Programa de Parcerias e Investimento (PPI). O ministério afirmou que “a questão contratual está sendo tratada em paralelo, de modo a construir a

melhor solução para o País, respeitando as atribuições, responsabilidades e competências das diversas instituições”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/07/2019

Seção: Economia

Autor: A.B. e A.W.

Título: Em galpões, 9 mil toneladas de cabos estocados

As intervenções do **Ministério de Minas e Energia (MME)** em decisões técnicas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) causaram polêmica em maio de 2016. À época, o órgão de fiscalização vinha sendo pressionado por um grupo de hidrelétricas que estavam com obras atrasadas. A partir de pareceres técnicos, a agência negou perdão às concessionárias, as quais passaram a acumular dívidas bilionárias. Foi quando o então ministro do MME, Eduardo Braga, decidiu tirar o poder decisório da agência – uma semana antes do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Com a publicação de uma portaria, a decisão final sobre cada caso passou a ser atribuição do MME. A mudança causou fortes reações dentro da Aneel.

No mês seguinte, quando a pasta passou para o comando do ministro Fernando Coelho Filho, uma medida provisória tratou de revogar o ato anterior, devolvendo o poder decisório para a agência reguladora. As complicações com o linhão Manaus – Boa Vista já levaram a empresa a pedir, no fim de 2016, para que Aneel aprovasse a extinção do contrato. A agência concordou com o pedido e fez um parecer favorável, mas lembrou que, especificamente para essa situação, caberia à União decidir o caso. Em 2018, após consultar a Advocacia-Geral da União (AGU), o MME negou a extinção do contrato e, de quebra, exigiu que a agência calculasse o reequilíbrio financeiro.

No parecer do MME, está destacado que “compete à Aneel analisar a situação em toda a sua plenitude e nuances, de modo a promover, se assim entender, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, inclusive quanto a eventual excludente de responsabilidade da contratada”. Sem poder tocar as obras, a Transnorte aguarda definição. Em 2018, a empresa teve de erguer dois galpões em Boa Vista (RR) e em Belém (PA) para proteger os carretéis de madeira com os cabos de aço que já adquiriu, cinco anos atrás. Dos 750 km da linha, a TNE já tem cerca de 500 km guardados. São cerca de 3 mil toneladas de cabos armazenados em Boa Vista e 6 mil toneladas em Belém.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 15/07/2019****Seção: Metrópole****Autor: FERNANDO DE NORONHA****Título: Estado usa máquinas para escoar água de barragem****@MaisBrasil****BAHIA**

O governador Rui Costa (PT) voltou a sobrevoar o nordeste baiano para analisar a situação de barragens municipais – também chamadas de barreiros. Na quinta, uma delas rompeu em Pedro Alexandre, com efeito de inundação ainda na vizinha Coronel João de Sá. O governo do Estado está usando máquinas para auxiliar no escoamento da água.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 15/07/2019****Seção: Tendências/Debates****Autor: Rogério Cezar de Cerqueira Leite****Título: De volta do futuro**

O que revelam extratos de jornais de 2033

Físico, professor emérito da Unicamp, membro do Conselho Editorial da Folha e presidente do Conselho de Administração do CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais)

Foi por meio de uma "dobra no tempo" que obtive as informações aqui reveladas. Vêm dos extratos de jornais do ano 2033. Eis algumas mudanças que inferi dessas notícias.

1. O Supremo Tribunal de Justiça havia acolhido algumas atribuições adicionais. Com a inclusão de novos ministros, pastores de igrejas pentecostais, que se tornaram majoritários neste tribunal, ele havia assumido novas responsabilidades e conseqüentemente mudado a denominação para Supremo Tribunal de Justiça e Inquisição. Comisso, havia conseguido eliminar o comunismo, o petismo, os movimentos LGBT, feministas de quase todas as instâncias governamentais.
2. As universidades públicas haviam sido privatizadas, cursos inúteis e perversos como filosofia, sociologia e ciências políticas haviam sido substituídos por moral e cívica (dados por militares da reserva especialmente dotados), tiro ao alvo,

educação física, astrologia e estudo da Bíblia. Currículos haviam sido elaborados e ampliados por especialistas. Tiro ao alvo, por exemplo, se dividia em várias etapas: tiro a alvos fixos, tiro a alvos móveis, tiro ao pombo, tiro a comunistas e petistas etc. Aliás, cursos iniciais de tiro seriam dados a alunos a partir dos cinco anos de idade, mas só para legítima defesa.

3. O Ministério das Relações Exteriores passou a ser chamado Ministério de Relações Exteriores e Propagação da Fé. Embaixadores, cônsules e outros diplomatas teriam que ser praticantes e apoiados por uma igreja pentecostal. O ministro teria que ter o título de bispo. Sob este aspecto não houve mudança significativa, apenas formal.

4. O Ministério do Meio Ambiente promoveria viagens turísticas a reservas de mata amazônica. Uma fila imensa de turistas ecológicos se acumulava junto às portas de entrada da reserva que se estendia por dez hectares, ou seja, 20 campos de futebol, e que, segundo informações oficiais, abrigava um casal de tucanos e três saimiris (macacos-de-cheiro). No entorno, milhões de hectares de pastagens e plantações de soja para alimentar os porcos da China. Ao lado, um museu com onças e caititus empalhados.

5. As milícias haviam acabado com abaderna. Havia pacificamente dividido o Brasil em zonas. A polícia se recolhera aos quartéis. A tortura fora reduzida ao essencial. E por um preço módico poderia ter o cidadão segurança em sua casa.

6. Uma notícia alvissareira foi a de que havia sido encontrada enfim uma nova aplicação para o nióbio, metal de que o Brasil é rico. Foram banidos todos os materiais, tais como ouro, resinas e porcelanas, que servem para preenchimento de buracos devidos a cáries de dentes, e substituídos pelo negro e reluzente metal. Além disso, como o grafeno pode ser obtido de qualquer material orgânico, com o que o Brasil não teria vantagem competitiva alguma, pudemos desenvolver uma fonte única de carbono, elemento do qual é constituído o grafeno. Cientistas brasileiros teriam sido os primeiros a produzir grafeno do flato do macaco barrigudo em cativeiro.

Pois bem, após estas deprimentes experiências, aos poucos comecei a acreditar que teriam sido não mais que um pesadelo. Mas eis quem e acode uma preocupação: o pesadelo de um pode bem ser o sonho de outrem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Daniela Lima

Título: Olhai além

Painel

As revelações também dão nova carga ao debate em torno da criação de uma fundação administrada pelo MPF com R\$ 2,5 bilhões recuperados da Petrobras.

Olhai além 2

Ministros do Supremo passaram o domingo reavaliando os termos do trato, já suspenso cautelarmente pela corte, à luz da nova publicação de diálogos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Tecnologia

PAINELS.A.

Para o professor Teimo Porto, da Poli USP, o Brasil tem uma dependência muito forte dos sistemas ferroviários e de Energia da Alstom. "Por razões tecnológicas, é quase impossível substituir. Vai haver dificuldade na manutenção", afirma.

Mudança

O Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração) mudou sua sede de Brasília para Belo Horizonte. A ideia é ter uma conexão mais direta com Minas Gerais, que abriga grande parte dos negócios relevantes do setor.

Lamaçal

É também em Minas que ficaram concentradas as maiores dores de cabeça da mineração, depois do rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho. A nova localização da sede foi aprovada em reunião do conselho da entidade em junho.

com Igor Utsumi e Paula Soprana

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/07/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Meia Itaipu no porto do 'Eike'**

É sabido que o governo está envolvido na montagem de planos para o aproveitamento do gás associado ao petróleo do pré-sal. Mas tem gente no setor de energia que aposta que o protagonismo desse gás termine sendo a construção de grandes termelétricas, quase sempre na beira da praia, para que possam, no futuro, receber por duto o gás extraído do pré-sal. O Porto do Açu, no Norte Fluminense, que um dia foi de Eike Batista, deve, por exemplo, abrigar um parque de termelétricas com capacidade total algo próximo a uma meia Itaipu - a hidrelétrica grandona com capacidade de geração de 14 GW por ano.

De olho no futuro

Aliás, a ANP vai recorrer contra a decisão tomada semana passada por Ratinho Júnior, governador do Paraná, que proibiu, para evitar possíveis estragos ao meio ambiente, uma futura exploração no estado do chamado "gás de xisto". Graças a este tipo de gás, os EUA, em cinco anos, passou a ser o maior produtor de petróleo do mundo. Mas no Brasil as possibilidades do pré-sal são tão imensas que há pouco interesse na procura por "gás de xisto".

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/07/2019****Seção: Economia****Autor: MARCELLO CORRÊA E SILVIA AMORIM****Título: Pressão sobre Senado**

Estados já articulam volta à reforma na Casa e buscam receitas extras para cobrir rombo

BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO- Fora da reforma da Previdência aprovada na Câmara, restam poucos caminhos a estados e municípios para reequilibrar suas contas. Governadores já se articulam para convencer parlamentares a reincluí-los no texto da reforma no Senado. Paralelamente, pretendem intensificar o lobby no Congresso para aprovar projetos de lei que lhes garantam receitas extras e já admitem até encaminhar propostas às assembleias estaduais para alterar os sistemas de aposentadorias regionais.

Para analistas, contar só com dinheiro novo não resolve o buraco nas contas. Reformas nos regimes previdenciários estaduais também são de difícil aprovação. Por isso, avaliam, apressão para que os entes voltem à reforma quando esta for analisada no Senado, no segundo semestre, deve crescer.

Romeu Zema (Novo), governador de Minas Gerais, já conversou sobre o retorno dos entes ao texto da reforma com os três senadores de Minas: Antonio Anastasia (PSDB), Carlos Viana (PSD) e Rodrigo Pacheco (DEM).

— Estive com os três. Todos estão otimistas — disse o governador, em entrevista coletiva, na semana passada.

— Este ano, em Minas, teremos um déficit na Previdência de R\$ 18 bilhões. No meu mandato, esse número será de R\$ 78 bilhões. É insustentável.

Além da inclusão dos estados na reforma, ele também defende a busca de receitas extras, como a Lei Kandir, que gerou perdas para os estados por causa de desonerações sobre o ICMS.

Na avaliação do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), receitas extras podem ser uma saída, se os estados ficarem mesmo fora da reforma. Mas ele está disposto a insistir no retorno dos entes ao texto. Na última terça-feira, Leite estava na Câmara, buscando mantê-los no projeto. Ele tem esperança de garantir o apoio de senadores.

Ainda assim, o governador gaúcho disse que pretende encaminhar reformas próprias no segundo semestre: — Está previsto encaminhar alterações em estruturas de carreiras, que impactam a Previdência. O Rio Grande do Sul é o estado com maior déficit per capita previdenciário.

A defesa da busca por novas receitas é feita principalmente por governadores do Nordeste, liderados por Wellington Dias (PT), do Piauí. Mas Dias defende a inclusão dos estados na reforma, apesar de seu partido ser contra: — O próximo presidente vai tratar de novo de reforma da Previdência. Porque não se está tratando do principal ponto, que é uma alternativa para cobrir o déficit da Previdência.

A principal esperança do governador são os recursos do pré-sal. A regulamentação dessa divisão com os estados deve ser feita por uma proposta de emenda à Constituição (PEC), que está em análise no Senado. A expectativa dos estados é ficar com ao menos 15% de um megaleilão de petróleo previsto para o fim do ano. Isso daria R\$ 10 bilhões. Há ainda a esperança de que a União pague, com a parte que lhe couber do leilão, R\$ 4 bilhões referentes a compensações da Lei Kandir.

SP BUSCA INTERLOCUÇÃO

Outra esperança de novas fontes de receita é a regulamentação da securitização da dívida ativa. Na prática, a operação consiste na venda ao mercado financeiro do direito de receber débitos cobrados pelos estados. No projeto de lei, aprovado pela Câmara e em análise no Senado, há a previsão de que "pelo menos 50%" do dinheiro devem ser destinado aos regimes previdenciários. O restante iria para investimentos.

Para especialistas, no entanto, a receita extra não resolve o problema. Para o economista Raul Velloso, estudioso de contas públicas, a situação dos entes federativos ainda não está clara: — Estamos chegando a uma encruzilhada. (Estados endividados) vão recorrer ao Supremo, pedir para suspender o pagamento da dívida, como alguns já fizeram. Nessas horas, é recorrer à Justiça — afirma.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), avalia ser possível que estados e municípios voltem ao texto da reforma no Senado. Caso nem isso seja possível, não descarta a possibilidade de que seu estado encaminhe uma reforma própria à assembleia. Sobre as receitas extras, ele afirma que a pauta já era prioridade do Congresso e que deve avançar no segundo semestre. Mas pondera que são soluções paliativas: — (O dinheiro extra) é para amenizar o déficit para trás — afirma Caiado.

Com um rombo de R\$ 23 bilhões previsto para 2019 nas contas da Previdência, o governador de São Paulo, João Doria, pretende manter a articulação para que estados e municípios sejam reintegrados à reforma no Senado.

Caso isso não aconteça, o tucano já declarou que pretende encaminhar à assembleia paulista uma reforma previdenciária estadual nos moldes da municipal. A prefeitura paulista elevou a alíquota previdenciária de 11% para 14% este ano, como já fizeram outros estados, incluindo o Rio.

— Continua sendo necessária uma reforma estadual, se não vier do Senado. São Paulo está preparado para isso — disse Doria, na última sexta-feira, acrescentando que já começou a se reunir com líderes da base do governo na assembleia para medir a receptividade à proposta.

— Temos maioria tranquila para fazer essa aprovação. Se tivermos que fazer (a reforma), a faremos e aprovaremos.

RIO: FOCO EM PENSIONISTAS

Assessores do secretário da Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles, afirmam que uma eventual proposta de reforma estadual ainda não foi definida.

Em paralelo, Doria também tem defendido a aprovação dos projetos de securitização das dívidas ativas estaduais e da repartição do recursos do pré-sal com estados, reivindicações do Fórum de Governadores, do qual Doria tem sido um dos principais líderes.

Antecipar recebíveis é uma prática consolidada no governo paulista. Este ano, a previsão é levantar cerca de R\$ 1 bilhão com a securitização de recursos de royalties de petróleo e gás no estado.

Se o Senado aprovar o projeto que estende essa possibilidade para a dívida ativa, o vice-governador e secretário de Governo de São Paulo, Rodrigo Garcia, diz que o governo paulista vai incorporá-la em seu planejamento: — Se esse projeto for aprovado, vamos ampliar as securitizações de São Paulo.

Na avaliação do economista André Luiz Marques, do Insper, a reforma tributária também pode ser uma oportunidade para que estados e municípios busquem mais recursos. A proposta em análise no Congresso prevê a substituição de cinco impostos, inclusive o ICMS, estadual, por apenas um tributo.

— Pode ser que seja rediscutida a questão de partilha para estados e municípios. Governos vão tentar brigar por uma fatia maior — diz Marques.

No Rio, o governador Wilson Witzel também defende a reinclusão dos estados na reforma. Enquanto isso não acontece, está em estudo a migração de pensionistas do fundo financeiro para o previdenciário, para aliviar as contas.

— Provavelmente até o fim do mês o sistema estará pronto — diz o presidente do Rioprevidência, Sérgio Aureliano.

(Colaboraram Flávio Freire e Camilla Pontes)

MME / ASCOM .